

## CULTURA E UNIVERSIDADE: PANORAMA DAS POLÍTICAS E DA GESTÃO CULTURAL NAS IES PÚBLICAS DA PARAÍBA

Alexandre Santos Arantes de Souza (UFPB)<sup>1</sup>  
Me. Elinaldo Menezes Braga (UFCEG)<sup>2</sup>  
Me. George Glauber Félix Severo (IFPB)<sup>3</sup>  
Me. Gilvanedja Ferreira Mendes (UFPB)<sup>4</sup>  
Igor Nóbrega Carvalho (UEPB)<sup>5</sup>

**Resumo:** O artigo realiza um panorama das políticas e das gestões culturais das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas da Paraíba, sendo elas a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCEG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A partir da análise institucional e do relato de seus autores - todos eles envolvidos diretamente com a gestão cultural das suas instituições -, busca-se refletir os desafios para o amadurecimento do campo cultural nas gestões universitárias e o aprofundamento da institucionalidade, ainda que meio ao contexto de ataque às políticas culturais em nível federal.

**Palavras-chave:** Cultura e universidade, políticas culturais, gestão universitária, educação superior - Paraíba.

### 1 BREVE PERCURSO DAS TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DA RELAÇÃO ENTRE CULTURA E UNIVERSIDADE

As políticas culturais no Brasil apresentam uma trajetória conturbada, com breves momentos de avanços significativos, mas sempre marcadas pela mudança dos ventos políticos. As transformações vividas no setor cultural no Brasil a partir dos governos progressistas que chegaram ao Planalto a partir do ano de 2003 foram capazes de mudar positivamente o quadro construído até o início do século XXI, no que concerne à relação do Estado com a cultura e o desenvolvimento de políticas públicas para o setor. Contudo, não somente neste caso, cujos avanços foram brutalmente interrompidos desde 2016, com o golpe jurídico-midiático-parlamentar instituído no país, mas também em outros momentos anteriores da história, as discontinuidades e mudanças de projetos e compreensão do papel das políticas culturais marcam o percurso institucional da cultura brasileira.

<sup>1</sup> Produtor Cultural da UFPB, coordenador do Museu Casa de Cultura Hermano José (MCCHJ/UFPB), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB) e pesquisador do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult).

<sup>2</sup> Professor do curso de Letras da UFCEG, coordenador do Núcleo de Extensão Cultural (NEC/UFCEG), músico e compositor.

<sup>3</sup> Professor do IFPB, coordenador da Cultura do campus avançado de Cabedelo Centro/PB, músico, e pesquisador do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult).

<sup>4</sup> Bibliotecária Documentalista da UFPB, coordenadora do Repositório Institucional (RI/UFPB) e pesquisadora do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult).

<sup>5</sup> Servidor da Pró-Reitoria de Cultura da UEPB, músico e compositor.

Esquemáticamente, Rubim (2007) sugere três particularidades capazes de traduzir o modo como foram formadas historicamente as políticas culturais nacionais, heranças definidas por ele como as "três tristes tradições", sendo elas: *ausência*, *autoritarismo* e *instabilidade*. Esta tríade revela a fragilidade da cultura diante do aparelho estatal brasileiro, cujas ações político-administrativas conduziram um processo que foi fortemente permeado de vícios e dificuldades.

O caráter tardio no surgimento de tais políticas, iniciadas no país a partir da segunda metade década de 1930, e seu desenvolvimento conflituoso e descontinuado, somados a uma íntima e problemática relação com os governos autoritários (Estado Novo, de 1938 a 1945, e o regime instaurado no golpe civil-militar, de 1964 a 1985), adicionando-se ainda o longo período de instabilidade e ausências do Estado brasileiro e o esvaziamento de sua função social pelos governos neoliberais (entre o final dos anos 1980 e ao longo da década seguinte), configura-se assim um campo cultural frágil, historicamente constituído sob as marcas destas tristes tradições. Como dito, este ciclo somente seria interrompido a partir de 2003, com a implementação de políticas culturais voltadas ao reconhecimento da diversidade cultural, dos direitos culturais, da complexidade do campo da cultura em suas diversas dimensões e da institucionalização de políticas de Estado (e não meramente de gestão).

Neste sentido, inicia-se as reflexões evidenciando dois momentos distintos da formulação e implementação de políticas de interação entre cultura e educação, estando o primeiro situado no contexto da Ditadura Militar Brasileira e o segundo, nos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores.

Assim, se podem ser consideradas recentes as primeiras experiências em políticas culturais no Brasil, mais recente e conflituosa ainda é a trajetória dos diálogos institucionais entre cultura e educação. Mesmo com a criação do Ministério da Educação e Cultura (Mec)<sup>6</sup> em 1953, órgão que abarcava as duas pastas, somente no final da década de 1970 surgiram ações transversais, como será visto mais a seguir, fruto muito mais da atuação direta da Fundação Nacional de Arte (Funarte) junto com as instituições de ensino superior, do que se tratando de uma política institucional consolidada pelo Ministério. Esta constatação revela uma tendência predominante, em que o setor cultural apenas figurou no plano das políticas do governo federal, sendo ofuscada pela dimensão da agenda apresentada pelo setor da Educação.

Botelho (2011) ilustra da seguinte maneira esta relação:

no quadro do governo federal, a Funarte foi o órgão que trabalhou mais sistematicamente com as instituições de ensino superior. Desde sua constituição, havia uma demanda vinda de grande número de universidades

<sup>6</sup> O Ministério foi criado em 1930, com o nome Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública; em 1937, torna-se Ministério da Educação e Saúde; e em 1953, o governo federal cria o Ministério da Saúde e a então pasta da Educação torna-se Ministério da Educação e Cultura (Mec).

com solicitações de apoio a suas atividades, para as quais o MEC não designava recursos. (BOTELHO, 2011, p.97)

Nem mesmo a separação ocorrida com a criação do Ministério da Cultura, em 1985, durante a redemocratização do país após vinte e um anos de ditadura civil-militar, foi capaz de alçar a agenda cultural ao mesmo patamar da Educação, ou, muito menos, pautar uma política transversal e um ambiente de cooperação entre as duas pastas. Contrapondo-se a um pensamento que dizia ser esta separação a motivadora de um distanciamento ainda maior entre as pastas, Botelho (2011), funcionária de carreira da Funarte, afirma:

muitos pensam e alardeiam que essa separação teria sido a causa de um esvaziamento do diálogo e das práticas das duas pastas. Não é verdade. A área cultural sempre foi apartada do restante do MEC, a ponto de as universidades e as escolas técnicas federais fazerem recurso aos auxílios das instituições vinculadas ao setor cultural para financiar suas atividades nesse campo (...) (BOTELHO, 2011, p.97)

Dessa forma, as ações da Funarte, no final da década de 1970, ainda que de caráter descontinuado, e mesmo sob a égide do regime autoritário, firmaram-se como as primeiras políticas transversais entre as duas áreas em questão, avaliadas como exitosas, ainda que experimentais.

A segunda metade da década de 1970 é marcada por uma série de transformações que vinham ocorrendo em decorrência do processo de abertura política e distensão do regime civil-militar instaurado a partir do golpe civil-militar de 1964. Reflexos dessas transformações atingem o setor cultural, que passa a ser tratado como estratégico para o regime, tendo este elaborado, em 1975, a Política Nacional de Cultura (PNC), primeiro documento a nortear uma política cultural estatal no país. É neste contexto, então, que são criadas diversas instituições, dentre elas, a Funarte, durante a gestão do ministro Ney Braga à frente do Mec, durante o governo Geisel (1974-78).

Dentre as diretrizes do PNC de 1975, está o apoio à formação de profissionais do segmento cultural para uma atuação técnica qualificada, como forma de profissionalizar o setor. Para isso, o documento define as universidades como ambientes propícios a essa atuação. É sob esta orientação que a Funarte inicia um forte trabalho junto à educação básica, ao nível técnico e ao superior, voltado a formação profissionalizante e a educação artística no espaço informal.

Para Botelho (2011, p.101),

a partir do momento em que a Funarte passou a reconhecer nos programas voltados para o desenvolvimento cultural os caminhos para a solução de problemas próprios à arte no Brasil, a educação passou também a assumir papel preponderante entre suas preocupações.

Tais ações passaram a compor o quadro dos projetos integrados da Assessoria Técnica (Atec) da Direção Executiva, sendo eles o Projeto Universitário (1977), o Projeto Festivais de Arte e o Projeto Fazendo Arte (1980), sendo que os dois primeiros merecem destaque.

Sobre o Projeto Universitário (inicialmente “Projeto Universidade”), o mesmo atuava diretamente com a extensão cultural desenvolvida pelas universidades,

com o objetivo de auxiliá-las a se tornar polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente” (BOTELHO, 2011, p.98).

Em 1981, é integrado ao P.U. o Programa Bolsa Trabalho/Arte, destinando bolsas individuais a estudantes universitários que desenvolvessem atividades na área de artes. Alguns movimentos de avaliação levaram ao amadurecimento deste projeto. A discussão coletiva entre coordenadores e equipe técnica da Funarte levou a conclusão sobre uma série de deficiências e lacunas do projeto, dentre elas, a crítica de que a “falta de coordenação entre as diversas áreas das universidades trazia prejuízos enormes” às ações (BOTELHO, 2011, p.98).

Este problema de gestão afetava diretamente o Projeto Universidade, constatando-se que havia uma dispersão de recursos e que “se perdia em qualidade, na medida em que a área de extensão cultural reduplicava aquilo que a própria universidade já fazia e podia também oferecer enquanto atividade extra campus” (BOTELHO, 2011, p.98)

Esta avaliação conduz transformações significativas no PU, levando a mudanças no próprio estilo de atuação da Assessoria Técnica, que se distancia do

velho estilo balcão de demandas, passa a exigir das instituições que se candidatam a financiamento um Plano Diretor de Cultura, com o objetivo de fazê-las refletir sobre suas respectivas estratégias para a área. tornar mais coerente suas propostas, em diálogo com as áreas e os institutos afins” (BOTELHO, 2011, p.98).

Além do Projeto Universitário, os Festivais de Arte também recebiam apoio da Funarte e eram desenvolvidos, em sua maioria, pela área de extensão das universidades, e abrigavam uma forte preocupação de articulação e integração com a população local, com o objetivo de ampliar o acesso à cultura em localidades desprivilegiadas da oferta artística e excluída dos circuitos culturais.

Ainda que a educação não configurasse administrativamente como responsabilidade da Funarte, a apropriação e o desenvolvimento de projetos e programas de cunho educativo/pedagógico, em diálogo direto com os setores responsáveis pela extensão universitária, constituíram o que pode ser considerada a primeira experiência em políticas culturais voltadas às Instituições de Ensino Superior (IES), ou seja, políticas transversais.

Enquanto a escola e a universidade não assumissem sua função de espaço cultural fundamental dentro da sociedade, enquanto a arte se mantivesse alijada da formação das novas gerações, pouco se poderia esperar da democratização do universo da arte no país. E por ter essa perspectiva religando arte e educação, a Funarte encarava a prioridade dada à educação não como uma forma de diluição de suas atribuições em atividades não pertinentes à sua área de competência, mas como um elemento central de sua política desde que orientada para as necessidades, e pelas possíveis contribuições, do universo da arte (BOTELHO, 2011, p.101).

Este movimento fundacional da relação entre cultura e universidade coincide com a criação de diversas estruturas da cultura nas universidades, nas décadas de 1970 e 1980, estando alinhado às políticas educacionais e culturais em âmbito federal, tendo como base a Política Nacional de Cultura (PNC), os Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSEC) e as reformas institucionalizadas desde o final da década de 1960. Algumas dessas estruturas também serão criadas em âmbito local, a partir da experiência da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Portanto, esta primeira experiência é assim marcada, entre a institucionalização de políticas, a profusão de ações e por lampejos de visão sistêmica. Alguns dos elementos desta experiência passada serão reeditados em momentos recentes, sem que haja ligação direta entre os modelos de política em questão. Neste trabalho, dá-se um salto de quase três décadas, para avaliar as experiências recentes.

Um segundo momento fundamental para a história recente das políticas culturais no âmbito das universidades, trata-se do período marcado pela chegada de governos progressistas a frente do poder executivo federal, entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016).

No âmbito das políticas públicas de educação, em 2007, através do Decreto n.º 6.096, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, com o “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p.8).

O REUNI é criado para ser uma política de reparação aos anos de abandono ao qual foram relegadas as universidades federais na década anterior, sob gestão dos governos neoliberais tucanos (FHC I e II). O programa continha ações de cunho estrutural e pedagógico, contemplando a criação de novos campi, novas instalações físicas para a prática pedagógica, como salas de aulas e laboratórios, novas unidades acadêmicas (departamentos e centros), bem como a criação de cursos de graduação e sua articulação com a pós-graduação, a revisão das estruturas curriculares, a ampliação da mobilidade estudantil, o combate à evasão e a ampliação das políticas de assistência estudantil.

Ainda que não caiba aqui a análise aprofundada do processo de implantação do Reuni, é preciso pontuar que, do ponto de vista da sua execução, houve uma série de dificuldades no âmbito administrativo das universidades. Isto se dá por diversos motivos, indo desde a inabilidade de certos setores em executar e gerir projetos de grande envergadura, até as complicações geradas pelo engessamento das leis federais, como a Lei 8.666/1993, lei geral das licitações, entre outras lacunas e dificuldades.

No entanto, é preciso que se diga que o Reuni foi a principal política de reestruturação das IES após quase duas décadas de parcos investimentos no setor da Educação, e mais especificamente, nas universidades. Sua implantação deu margens para que estas reformas atingissem também o setor de artes e cultura das universidades, seja na gestão da política cultural da instituição, seja nos investimentos diretos no tripé básico, ensino-pesquisa-extensão, ligados ao campo cultural.

Para Acco (2012, p. 26),

há um potencial nesta política em se “contemplar cursos associados às artes, à diversidade e à economia da cultura e apoiar a formação de professores e no desenvolvimento de pesquisa e extensão na agenda, podendo se converter num importantíssimo mecanismo de afirmação da política de educação e cultura.

Já no âmbito das políticas públicas de cultura, as duas primeiras Conferências Nacionais de Cultura, realizadas nos anos de 2005 e 2010, são responsáveis por indicar a emergência em reaproximar as duas agendas em questão, ganhando legitimidade por se tratarem de demandas prioritárias elaboradas e eleitas pela sociedade civil quando da sua participação nestes espaços destinados a interlocução entre poder público e sociedade.

Principalmente a segunda Conferência exerceu influência direta na consolidação das metas relacionadas à interação entre educação e cultura contidas no Plano Nacional de Cultura. Nota-se, pela leitura das demandas eleitas, o claro amadurecimento da sociedade civil, a partir do alto nível daquilo que foi elaborado. Seis das sete propostas aprovadas nesta Conferência foram incorporadas integralmente, servindo de referência para nortear esta estratégica política pública.

Das sete metas contidas no PNC dedicadas ao tema “Educação e Produção de Conhecimento”, cinco estão diretamente ligadas ao ensino superior e ao ensino técnico, sendo estas as metas 15, 16, 17, 18 e 19, especificamente voltadas à formação de agentes e gestores culturais, fomento à pesquisa, à qualificação, à capacitação e à certificação dos agentes culturais. São as metas a seguir:

- a) **Meta 15:** Aumento em 150% de cursos técnicos habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas;

- b) **Meta 16:** Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas de conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas;
- c) **Meta 17:** 20 mil trabalhadores da cultura com saberes certificados pelo Ministério da Educação;
- d) **Meta 18:** Aumento de 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura;
- e) **Meta 19:** Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão de conhecimento (BRASIL, 2012,p.54 -63).

Ao estabelecer um ponto de chegada, ou seja, metas a serem alcançadas para a constituição de um cenário de políticas culturais no Brasil de 2022, o PNC ergue uma visão de futuro para o setor cultural. Este contexto é marcado pela tentativa de se inaugurar um novo modo de pensar e implementar a política pública de cultura no país, tratando-a como política de Estado. Assim, é neste ambiente favorável, de retomada do papel formulador do Estado, de criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), de elaboração do PNC e fixação de metas objetivas para o cenário em vista, e de fortalecimento do setor cultural como fundamental diante dos desafios do desenvolvimento humano, social, político e econômico, que as universidades brasileiras passaram a desempenhar um papel cada vez mais estratégico para a consolidação deste cenário.

Uma primeira tentativa de se aproximar políticas culturais e políticas educacionais para o ensino superior foi a criação do Programa Cultura e Universidade, em 30 de junho de 2010, pelo então ministro de estado da cultura, Juca Ferreira. Contudo, o Programa não obteve sucesso. Duas leituras podem indicar os motivos do insucesso e estagnação: a primeira trata-se das mudanças no Minc após a eleição de Dilma Rousseff em 2010 e a segunda se refere a uma série de fragilidades e controversas contidas na Portaria n. 70, que o instituiu, e que, por conseguinte, teriam inviabilizado a sua implantação. Dentre outras críticas, uma das mais significativas é a de que este Programa surgiu como iniciativa isolada do Minc, sem articulação com o Mec, fragilizando sua implementação.

Apesar de alguns esforços pontuais de aproximação das agendas lideradas pelo Minc e pelo Mec, enfatiza-se que, somente em 2013, viu-se uma construção sólida, com a realização do *I Seminário Cultura e Universidade*, cujo tema foi “Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior”, na Universidade Federal da Bahia, organizado pela então recém-criada Diretoria de Educação e Comunicação, criada no ano anterior e vinculada à Secretaria de Políticas Culturais (SPC).

Ainda que outros seminários tenham sido realizados com o tema transversal entre cultura e educação, estes ocorreram lançando olhares sobre outras áreas e demandas que

também permeiam esta relação, sendo o Seminário de 2013 especialmente dedicado a refletir sobre as políticas culturais para o âmbito das universidades.

A realização deste Seminário se deu com o objetivo de elaborar diretrizes nacionais para a consolidação de uma política interministerial de fomento e incentivo a promoção cultural no âmbito das universidades brasileiras, sensibilizando, mobilizando e articulando as IES para dialogar sobre ações que promovam o desenvolvimento da cultura, envolvendo a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura, comunicação, gestão e produção cultural e em técnicas e processos relacionados aos setores criativos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013).

O Seminário apontou para um cenário de possíveis avanços em âmbito federal para a constituição de uma política transversal entre cultura e educação no contexto das IES, no sentido de ser ele próprio uma ação para promover a integração entre ambos os ministérios. Dentre os avanços debatidos, estava a proposta do Pró-Cultura Universitária - Programa de Cultura e Arte, com o objetivo de fomentar a implementação de políticas públicas nas áreas de arte e cultura nas universidades.

Em dezembro de 2013, oito meses após o Seminário, o Mec e o Minc publicaram a Portaria Interministerial nº 18, concretizando os debates acumulados e implantando um novo programa voltado ao fomento de arte e cultura nas IES, o Mais Cultura nas Universidades.

Ainda que o espaço não permita maiores detalhes nesta análise, pode-se afirmar que o escopo institucional apresentado tanto pela Portaria quanto pelo Edital de seleção de propostas lançado marcam um avanço significativo em relação a iniciativa anterior. Dentre as exigências, o Programa Mais Cultura nas Universidades solicitava das instituições que apresentasse planos de cultura bienais para a implementação dos recursos destinados. Além disso, define um arrojado sistema de gestão, com representações de ambos ministérios, das universidades envolvidas e outras organizações, comprometendo todo um amplo sistema de articulação de atores públicos.

Da Paraíba, apesar de três IFES terem sido habilitadas e classificadas (UFPB, UFCG e IFPB), somente a Universidade Federal da Paraíba foi contemplada com uma das vagas no processo de seleção, aprovando um projeto no valor de R\$ 1.125.000,00 (um milhão cento e vinte cinco mil reais). Este recurso nunca chegou, de fato, a ser repassado a esta Universidade, posto que as descontinuidades, provocadas pela ruptura democrática realizada em 2016, inviabilizaram sua concretização.

Outro marco da institucionalidade da interação entre políticas culturais e universidades foi a criação, em março de 2015, da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac), em substituição à Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura.

Institucionalmente, este marco sublinha a elevação ao *status* de Secretaria o lugar da Educação no interior do Minc, movimento este que se mostrava promissor, a medida em que apontava, por exemplo, para a criação do Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, o nono elemento de consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Contudo, em meio a este intenso processo de transformações institucionais e de expectativas em relação a implementação dos recursos do Edital Mais Cultura nas Universidades em todas as instituições selecionadas, o Brasil passou a assistir a uma profunda derrocada democrática, iniciada com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, levando a interrupção destas e outras políticas, fazendo com que muitas das promessas e expectativas não fossem concretizadas. Assim, pode-se constatar que este é um percurso conturbado, marcado por muitas discontinuidades e fragilidades, que atrapalham significativamente o processo de consolidação de implementação das políticas intersetoriais de cultura e educação.

## **2 QUATRO IES PÚBLICAS PARAIBANAS E SEUS MOVIMENTOS DE CRIAÇÃO**

Retoma-se aqui, de forma resumida, o processo de criação de quatro instituições de ensino superior paraibanas, sendo elas a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal da Campina Grande (UFCG), o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

A Universidade Federal da Paraíba foi criada em 13 de dezembro de 1960, como resultado do processo de federalização da Universidade da Paraíba, esta criada em 1955 por iniciativa do então governador, escritor, advogado e sociólogo José Américo de Almeida, em sua segunda gestão. Inicialmente, reunia onze cursos de nível superior que já existiam no estado – dentre eles, o de Agronomia, na cidade de Areia, na região do Brejo, curso que deu origem à universidade. Ao longo dos anos, a UFPB expandiu-se, fazendo-se presente do Litoral ao Sertão paraibanos, chegando até o ano de 2002 com sua distribuição por 7 campi em diferentes cidades, sendo elas João Pessoa, Bananeiras, Areia, Campina Grande Patos, Cajazeiras e Sousa.

Com a criação da Universidade Federal de Campina Grande, em 2002, apenas os três primeiros campi citados permaneceram com a UFPB, sendo somados posteriormente outros, no processo de expansão recentemente vivido nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), sendo eles nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto (campus Litoral Norte), e as unidades de Mangabeira e Santa Rita. Assim, já nos fica evidente uma marca constitutiva desta instituição, que é o seu caráter interiorizado e multicampi, o que revela sua forte presença e impacto em diferentes territórios do estado, posto que está inserida em diversas regiões (Zona

da Mata, Litoral Norte e Brejo), além de áreas populares, sendo cada uma delas culturalmente singular.

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi criada em abril de 2002. Com uma estrutura multicampi herdada da UFPB, tendo a sua sede em Campina Grande. Hoje, estende-se ainda pelas cidades de Patos, Pombal, Cajazeiras, Sousa, Cuité e Sumé. Contudo, sua história é anterior e remete-se ao ano de 1952, quando da fundação da Escola Politécnica da Paraíba (Poli), criada também pelo governador José Américo de Almeida. A presença desta instituição acelerou o desenvolvimento da cidade, promovendo mudanças econômicas, sociais, culturais e urbanas.

Sua criação impulsionou o surgimento de outras universidades na região, além desenvolver um forte perfil para a área de tecnologia, sendo o seu curso fundacional o de Engenharia Civil, ao qual se somaria mais a frente, nos anos 1960, Engenharia Mecânica e mestrados em Engenharia Elétrica e Engenharia de Sistemas. Figura central no seu processo de desenvolvimento foi o professor Lynaldo Cavalcanti, que também terá um importante papel no crescimento da UFPB em anos posteriores. Nesta década, a Poli tornou-se uma escola de excelência. Assim, juntamente com a Faculdade de Ciências Econômicas (Face), em 1973 foi integrada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tornando-se o Campus II. E, como dito, em 2002, é desmembrada desta instituição, conquistando sua atual estrutura e *status*.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), com sua atual estrutura, foi criado em 2008, a partir da criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, implementada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como ministro da Educação o professor Fernando Haddad. Contudo, suas origens revelam que esta é uma das escolas mais antigas do estado, remetendo ao início do século XX. Em seu percurso, o IFPB foi criado a partir da integração entre o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF Sousa). O CEFET, por sua vez, originou-se da Escola Técnica Federal da Paraíba, antes denominada Escola Técnica Industrial, oriunda do anterior Liceu Industrial, e este, da Escola de Aprendizes Artífices, que pertenceu a um grupo de dezenove instituições criadas por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha.

Elas tinham por finalidade ofertar um ensino profissional para atender gratuitamente aqueles que necessitavam de uma profissão e não podiam pagar pelo ensino. Dentre seus primeiros cursos estavam Alfaiataria, Marcenaria, Serralharia, Encadernação e Sapataria, cursos que à época atendiam a demandas dos mercados locais. Hoje, o IFPB é uma das mais importantes instituições de ensino da Paraíba, com sua presença em dezenove cidades paraibanas, do Litoral ao Sertão, a partir de um total de vinte e um *campi* instalados.

A Universidade Estadual da Paraíba nasce em 11 de outubro de 1987 pela Lei nº 4.977, sancionada pelo então governador Tarcísio Burity. Este ato marcou a estadualização da antiga Universidade Regional do Nordeste (URNe), criada em 1966. Com sua sede localizada em Campina Grande desde a fundação, hoje está presente também nos municípios de Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Patos e Araruna. Em 1996 obteve reconhecimento do MEC e em 2004 conquistou sua autonomia financeira, inaugurando uma nova fase administrativa e de investimentos na educação superior no estado da Paraíba.

## **2.1 Política e gestão culturais na UFPB**

A UFPB é uma significativa instituição para o Estado. No que tange o desenvolvimento do seu campo cultural – suas políticas, ações, fomentos e modelos de gestão –, pode-se dizer que a história da UFPB confunde-se com a história das artes e da cultura paraibanas, por um conjunto de realizações institucionais que influenciou direta e indiretamente o surgimento de movimentos estéticos, contextos efervescentes de produção e criação artística, além de políticas culturais.

Podemos citar que em seu processo fundacional, um dos órgãos criados para a gestão das políticas culturais foi o Departamento Cultural, que funcionou de 1962 a 1974. Neste ano, o órgão foi substituído pela Coordenação de Extensão Cultural (COEX), e mais tarde, em 1976, seria vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (hoje, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC). É desta mesma época a criação da Biblioteca Central (BC), que teve sua primeira regulamentação em 1961, ganhando uma sede provisória somente em 1967, passando por diversas outras sedes provisórias, até chegar ao seu atual prédio, em 1979; assim como é de 1978 a regulamentação do primeiro Sistema de Bibliotecas da UFPB (aprovado no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe dois anos depois), que instituiu a BC como núcleo coordenador do sistema.

Principalmente entre os anos de 1976 e 1980, sob o reitorado do professor Lynaldo Cavalcanti, viu-se uma rápida expansão da UFPB, com a criação de diversos cursos de graduação e pós-graduação, com a contratação de professores de outras regiões do país e também estrangeiros, assim como com a criação de inúmeros Núcleos de Pesquisa e Extensão – tendo sido criados, ao todo, 36 Núcleos e Laboratórios em toda universidade.

Destacamos, portanto, alguns dos principais avanços deste reitorado no campo das artes e da cultura. Em 1976, é criada a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Prac), fruto da união de três setores, sendo eles a Coordenação de Extensão Cultural (Coex), a Pró-Reitoria para Assuntos Didáticos e a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis, que desenvolviam atividades que abrangiam não somente o público universitário, mas também a sociedade em geral. Na

seqüência, está a criação do Departamento de Artes e Comunicação (Dac), em 1977, com os cursos de Comunicação Social (habilitação em Jornalismo e Relações Públicas) e Educação Artística (habilitação em Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Desenho). Em seguida, veio a criação de núcleos fundamentais para as artes paraibanas, sendo eles o Núcleo de Arte Contemporânea (Nac, 1978), o Núcleo de Produção e Pesquisa da Cultura Popular (Nuppo, 1978), o Núcleo de Documentação Cinematográfica (Nudoc, 1979) e o Núcleo de Teatro Universitário (NTU, 1979), criados durante a gestão do Pró-Reitor Iveraldo Lucena.

Para atender as finalidades dos núcleos acima listados, ainda foram criadas estruturas físicas e acervos, destinados ao desenvolvimento pleno das atividades propostas. Tais estruturas compreendem equipamentos e acervos culturais, como o Teatro Lima Penante, pertencente ao NTU, a Galeria de Arte do Nac, e, mais a frente, o Museu da Cultura Popular, ligado ao Nuppo. Além destas estruturas, os núcleos são dotados ainda de bibliotecas, filmotecas, acervos em áudio e vídeo, e até mesmo de pousada (como no caso do NTU).

É também desta época a criação do Museu do Brejo Paraibano, também conhecido como Museu da Cachaça e da Rapadura, criado em 1978, a partir da estrutura fabril do Engenho da Várzea, engenho açucareiro do século XVIII instalado na cidade de Areia (Campus II). Em paralelo, a partir da segunda metade da década de 1970, o Campus III (Bananeiras) via formar-se os primeiros contornos do que hoje é o Memorial do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, somente criado oficialmente em 2012, e que, juntamente com o arquivo documental do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias - CCHSA, remontam a história deste *campus* desde sua gênese, em 1913, muito antes da UFPB. Já numa outra leva, posterior a esta, apontamos também a relevância da criação da Pinacoteca da UFPB, em 1987, a partir dos esforços do artista visual e professor, Hermano José, e que se encontra ligada ao Departamento de Artes Visuais.

Os anos seguintes, principalmente a partir dos anos 1990, com a prevalência das políticas neoliberais para a Educação e para a Cultura, estes núcleos vivenciaram fortes dificuldades, diante da escassez de recursos e da falta de centralidade ou reconhecimento do papel da cultura para as universidades. Ainda assim, nesta década, foi somado à UFPB o Teatro Minerva, primeiro teatro da Paraíba, localizado em Areia e patrimônio cultural tombado.

Também é dessa mesma época a criação do Balé Popular da UFPB, ligado ao NTU. Contudo, esta é uma década marcada por um declínio da forte intervenção que os núcleos de extensão haviam realizado em tempos anteriores sobre o cenário cultural paraibano. Pode-se afirmar que tal ciclo só foi rompido com a chegada de governos progressistas, cuja tônica política para ambas as pastas foi marcada pela ampliação dos recursos orçamentários e políticas públicas inovadoras, de reconhecimento do papel fundamental que exercem educação e cultura, e mais ainda quando estas interagem.

Assim, dá-se agora um salto a contextos mais recentes do domínio da cultura e das políticas culturais na UFPB, posto que o período que compreende de 2003 a 2016, foram de voluptuosos investimentos. Ao domínio da cultura foi conferida uma particular singularidade, com a criação de projetos, equipamentos, corpos artísticos, cursos e departamentos ligados às artes e à cultura.

Destaca-se, por exemplo, a criação do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), em 2011, que atualmente abriga diversos cursos de artes, como Artes Visuais, Cinema, Dança, Música, Música Popular, Regência de Bandas e Fanfarras e Teatro – além dos cursos de Comunicação Social, muitos dos quais formaram inúmeros produtores e artistas que atuam no cenário cultural paraibano –, e os Programas de Pós-Graduação em Música, Artes Visuais e Artes de Espetáculo.

Além destes cursos, importantes equipamentos culturais e grupos artísticos foram criados, ligados diretamente a este Centro, como o Cine Aruanda, a Sala de Concertos Radegundis Feitosa e a Galeria de Artes Visuais **Lavandeira**, além da Orquestra Sinfônica da UFPB, Coral Gazzi de Sá e o Núcleo de Produção Digital (NPD). O CCTA foi criado como fruto da divisão do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Centro este que mantém ainda uma forte produção no campo artístico-cultural, tendo em vista o teor dos cursos que abriga, ligados às humanidades e às letras.

Não será possível, neste breve espaço, relatar a amplitude da inserção da UFPB no domínio das artes e da cultura, assim como não caberá relatar a ampla produção oriunda do ensino, pesquisa e extensão nestas áreas, muito menos adentrar com maior densidade acerca de sua relação específica com cada território no qual está inserida. Mas deixa-se alguns elementos: nos anos indicados acima como de volumosos investimentos, a UFPB obteve uma expressiva produção na área de Extensão, sendo um dos motivos o impulso gerado pelo Proext, edital nacional lançado pelo Mec, que dentre as diversas áreas contempladas teve a cultura como um de seus carros-chefes, levando a instituição a eleger 2011 como o Ano da Extensão na UFPB.

Outra questão é a singularidade de cada território onde a UFPB possui *campus*, dentre os quais destacamos o *campus* do Litoral Norte, nas cidades Rio Tinto e Mamanguape, terra indígena Potiguara demarcada e de forte expressividade para a cultura paraibana, onde o curso de Antropologia (graduação e pós-graduação) mantém fortes relações com as populações tradicionais da região; já os *campi* de Bananeiras e Areia, ambos localizados na região do Brejo, são de grande importância para o Estado, sendo que esta segunda cidade teve parte de seu conjunto histórico, urbanístico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com todos estes territórios, a UFPB dialoga intensamente a partir da sua produção entre ensino, pesquisa e extensão.

Destaca-se brevemente algumas experiências recentes que envolvem as políticas culturais na UFPB e/ou a capacidade de incidências grupos: a) a formalização e arrojamento conceitual e técnico do atual Sistema de Bibliotecas da UFPB, desde 2009, que caminha para um estágio de integração entre procedimentos e plataformas digitais, articulando as dezenas de bibliotecas setoriais à Biblioteca Central; b) a criação, em 2014, do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult/Nuplar/Prac), grupo de estudos, ensino, pesquisas e extensão, cuja produção tem gerado expressivas contribuições às políticas culturais nas esferas estadual e municipal, assim como para a própria UFPB e outras instituições de educação (posto que o grupo tem caráter interinstitucional, passando a agregar também o IFPB), incidindo sobre diversos processos de formulação, articulação e implementação destas políticas; c) a criação do Museu Casa de Cultura Hermano José, em 2017, a partir da doação do acervo e da casa do professor e artista visual Hermano José antes de seu falecimento, voltando-se a preservação e difusão da memória de um dos mais importantes artistas paraibanos do século XX; d) a atuação decisiva do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (Nuplar/Prac), junto com o Fórum de Forró Raíz da Paraíba, organização social que reúne mestres, artistas e produtores ligados à cultura forrozeira no Estado, promovendo uma articulação local, regional e nacional com vistas a patrimonialização das matrizes do forró tradicional e seu reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro; e) criação do Edital UFPB no Seu Município, da Coex, voltado às áreas de cultura e educação, tendo sido lançado em 2018 e 2019, contemplando, em cada edição, mais de cem projetos de extensão; f) a criação da Rede de Museus da UFPB, em 2018, experiência ainda germinal, que visa articular as diversas instituições museológicas ligadas a esta universidade; g) por fim, as contribuições do projeto de extensão e pesquisa “Subindo a ladeira” à organização social na comunidade Porto do Capim, junto com a Associação de Mulheres do Porto do Capim, desde os processos de formação e empoderamento através da Educação Patrimonial até o papel decisivo para a visibilização e adensamento das lutas recentes contra projetos institucionais que visam a gentrificação da comunidade.

Inúmeros grupos e projetos de pesquisa e extensão ficam de fora deste relato, haja visto a impossibilidade de abordá-los integralmente. São inúmeras ações que se originam nas graduações, nas pós-graduações, na pesquisa e na extensão, entre outros ambientes que os impulsionam. Estes diversos projetos, ações, órgãos, grupos artísticos, entre tantas outras experiências aqui não relatadas, estão espalhadas por diversas estruturas presentes na instituição. Apresentam-se hoje como um dos mais importantes ativos da UFPB, um capital cultural erguido a partir da sua inserção no território paraibano e do seu prestígio enquanto instituição educativa, traduzido hoje em diversas estruturas e experiências de projetos e

estímulos às artes e à cultura. Por isso, trata-se como inadequado o modelo que define o lugar do setor cultural na UFPB como *naturalmente* ligado à Extensão – ainda que esta relação tenha possibilitado experiências exitosas e avanços, até certo ponto, do campo cultural na instituição.

Torna-se necessário salientar que a relação entre artes e cultura na instituição UFPB quase nunca se deu de forma harmônica. A escassez de quadros especializados para o desenvolvimento deste campo (assim como a dispersão dos quadros técnicos existentes), somada a falta de recursos específicos para a gestão cultural, aliado ainda a falta de uma visão sistêmica desse volumoso capital da qual a instituição é detentora, tem gerado problemas de diversas naturezas, fato este que necessita ser melhor refletido em outros espaços, acerca dos desafios de formulação, implementação e gestão de políticas culturais no âmbito desta instituição.

## 2.2 Política e gestão culturais na UFCG

Como vimos, a UFCG foi criada em 2002, com uma estrutura multicampi, fortemente enraizada em diversas regiões do estado. Em seu organograma, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) possui uma Coordenação de Extensão, responsável por elaborar e executar ações que contemplem a extensão cultural, proporcionando o diálogo entre a academia e as comunidades atendidas pela Universidade, no que diz respeito, sobretudo, à produção artística. De antemão, um dos desafios que se impõem a gestão cultural a partir da Propex é a necessidade de melhor articular os quadros técnicos especializados, hoje dispersos e até mesmo em desvio de função.

Podemos dizer que uma das primeiras estruturas do campo da cultura vinculadas à UFCG é o Núcleo de Artesanato - Nart. Sua origem remete-se diretamente às ações de extensão da Escola de Agronomia do Nordeste, as quais eram direcionadas aos artesãos dos Centros de Treinamento de Economia Doméstica, voltadas ao desenvolvimento de trabalhos manuais e que reuniam um público majoritariamente feminino. Todo este trabalho foi absorvido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1968 e, implementados na primeira metade da década de 1970.

Na sequência, tais centros passaram a se chamar Centros Artesanais Rurais Femininos e, posteriormente, Núcleos de Artesanato. Na década de 1980, tornaram-se Oficinas de Artesanato da SUDART - Subcoordenação de Desenvolvimento do Artesanato, setor então vinculado à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. Até então, a perspectiva dos cursos conferia grande ênfase à participação ativa da mulher na geração de renda familiar.

Em 1993, as ações de extensão da SUDART foram incorporadas ao Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular (NUPPO/PRAC/UFPB). Em 1999, sua sede foi transferida

para o campus de Campina Grande da UFPB, sendo esta uma das 18 cidades que tinham Núcleos de Artesanato coordenados pela instituição. Com o desmembramento das universidades e criação da UFCG, em 2002, o Núcleo de Artesanato foi mantido na nova estrutura da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Hoje, oferta uma série de cursos e realiza periodicamente feiras de artesanato na cidade. Outra ação interessante, é a loja que o Núcleo mantém em suas instalações, responsável pelo escoamento da produção de homens e mulheres que participam dos cursos e oficinas supracitados.

No *campus* de Campina Grande, destacamos ainda que a UFCG mantém o Museu de Artes Assis Chateaubriand (FURNE) e possui um Departamento de Arte e Mídia – DART, com uma significativa produção artística de professores e alunos que atuam no ensino, pesquisa e extensão, ambos.

No *campus* de Sumé, já na realidade de nova Instituição de Ensino Superior, foi criado o Núcleo de Extensão Cultural – NEXT. Vale destacar o papel desempenhado pelos professores concursados para ministrarem disciplinas nas áreas de música, teatro e cinema, no curso de Educação para o Campo. Um dos exemplos da atuação do NEXT junto à comunidade é a realização do festival De Repente Beat, encontro científico e artístico voltado aos mais diversos temas, dentre eles, cultura.

No *campus* de Cuité, que abriga o Centro de Educação e Saúde (CES), faz parte da política da Direção de Centro a realização do Festival Universitário de Inverno, buscando unir ciência, tecnologia, arte e cultura, com a perspectiva de promover a integração entre universidade e comunidade em um processo ampliando de inclusão e participação social e educacional. Este *campus* também é responsável pelo Museu do Homem do Curimataú. Esse *campus* também estabeleceu uma parceria com a Associação do Artistas de Cuité com o intuito de apoiar as produções artísticas locais. Um exemplo disso é o suporte que o *campus* dá para a realização da Paixão de Cristo, evento que já faz parte do calendário cultural da cidade e que recebe todos os anos um público de diversas regiões. Outro dado importante sobre o CES é que o Teatro Municipal Francisca Emília da Fonseca (Dona Chicota) está localizado dentro da área doada à UFCG, o que torna essa casa de espetáculo um patrimônio da instituição, passando, portanto, a receber os cuidados da UFCG.

No *campus* de Cajazeiras encontra-se o Núcleo de Extensão Cultural – NEC, criado nos anos 80, pela então UFPB, e que tem sua sede na antiga estação de trem de Cajazeiras, cidade localizada no sertão do estado a 346 Km de Campina Grande. O NEC tem como objetivos planejar, apoiar, organizar, fomentar, elaborar projetos relativos às manifestações artísticas e

culturais no município de Cajazeiras e de outras áreas atendidas pelo Centro de Formação de Professores, integrando a Universidade com os diversos segmentos da sociedade, reativando as fontes criadoras e descobrindo vocações artísticas. Neste sentido, o referido Núcleo tem desenvolvido ações que fazem dele um importantíssimo espaço de cultura da cidade.

Na atualidade, dentre essas ações, podemos destacar o projeto Cabaçal: Os Pifeiros do Sertão da Paraíba e o projeto Estação das Artes. Com o projeto Cabaçal, foi possível mapear todas as bandas de pífanos do sertão da Paraíba, gravar CDs, fomentar a produção de livro, materiais em vídeo e promover a inserção de algumas bandas de pífanos do sertão na programação de eventos culturais realizados dentro e fora do nosso estado, a exemplo da virada cultural da cidade de São Paulo, quando na oportunidade foi garantida a presença da Banda Cabaçal de São José de Piranhas. Além do mais, este projeto fomentou a produção de duas dissertações de mestrado cujos objetos de pesquisas foram a Banda Cabaçal Os Inácios, da família Inácio (zona rural de Cajazeiras) e a banda Cabaçal São Sebastião, do mestre Damião Pedro (zona rural de São José de Piranhas).

Com o projeto Estação das Artes, executado desde 1995, o NEC possibilita o acesso a bens culturais, eruditos e populares, produzidos na Paraíba e em outras regiões do país, sobretudo no campo da música, contribuindo efetivamente para o processo de formação de novas platéias. Outros projetos que também merecem destaque são o Grupo de Capoeira Ginga Brasil, o Cineclube Marcélia Cartaxo e o Curso de Iniciação ao Teatro, todos de responsabilidade de funcionários terceirizados, contratados para executarem estas demandas.

Importante frisar que o NEC nos últimos anos tem estabelecido parcerias importantes na busca de uma maior dinamização de suas ações. Desta forma, através da iniciativa de suas coordenações, este Núcleo da UFCG e o Núcleo de Comunicação, Cultura e Artes – NUCCA/IFPB - Campus de Cajazeiras, juntos, promovem intercâmbio entre artistas, comunidades acadêmicas e comunidades atendidas pelos dois Campi em questão, realizam o projeto Poesia de Quarta e o Caminhos do Sol, aquele com saraus poéticos, e este com a realização de atividades com foco na produção musical local.

Outro parceiro fundamental tem sido o Centro Cultural Banco do Nordeste, cuja sede está na cidade de Sousa. Com esta parceria é possível receber shows, realizar oficinas, exibir espetáculos teatrais e de dança, dentre outras ações.

Ainda podemos citar o diálogo do NEC com projetos de iniciativas de outras instituições, a exemplo do Projeto Sindicultura, de responsabilidade do sindicato dos auditores fiscais do estado da Paraíba, e com as unidades acadêmicas do CFP/UFCG e com os artistas locais, à medida que viabiliza suas instalações para que sejam realizadas atividades

desenvolvidas pelos artistas locais e por professores do CFP/UFCG, que contemplem as mais variadas linguagens artísticas.

Além das atividades desenvolvidas pelo NEC, várias outras são desenvolvidas por professores das mais diversas áreas. No Curso de Letras, por exemplo, um grupo de professores, alunos e ex-alunos mantém um grupo que estuda cultura popular, com foco na literatura de cordel, repente e música popular brasileira. Esta permanente relação com as expressões culturais locais e os agentes culturais da cidade e região tem levado um interessante trânsito entre cultura popular e universidade, garantindo a presença de diversos grupos e artistas populares em eventos acadêmicos realizados pelos cursos, fazendo dialogar sua produção artística e as pesquisas acerca destas expressões e grupos. Nestes eventos, destaca-se ainda a recorrente realização da Feira de Artesanato, que busca evidenciar a riqueza e diversidade do artesanato local.

### 2.3 Política e gestão culturais no IFPB

A temática da arte e da cultura transpassou por diferentes temporalidades institucionais na Rede Federal da Paraíba, em um primeiro momento, tinha-se concomitante a ETFs-PB (localizadas em João Pessoa e Cajazeiras) e EAF Sousa. Na unidade de João Pessoa foi criada a Coordenação de Atividades Artísticas e Culturais (CAAC); neste período, as ações artísticas e culturais estavam em grande medida voltadas para o ensino nas suas demandas disciplinares e dos eventos escolares, dos grupos artísticos (coral, banda marcial e teatro) centrado nos estudantes cujo espaço priorizava o caráter do entretenimento, da vivência e expressão artística dos estudantes.

No período do CEFET-PB a Coordenação de Atividades Artísticas e Culturais torna-se Núcleo de Artes, Cultura e Eventos (NACE), continua-se a relação da arte e cultura com as pautas do ensino (disciplinas e eventos acadêmicos) e dos grupos artísticos. Entretanto, foi neste período que a dimensão econômica da cultura ganha visibilidade com a criação de cursos contemplados no eixo tecnológico *Produção Cultural e Design*, com a criação do curso técnico integrado ao ensino médio em instrumento musical e do tecnólogo em design de interiores. Destaca-se que a implementação do curso em instrumento musical torna-se efetiva no período de transição institucional para IFPB que discutiremos a seguir.

Os IFs, ainda que em processo de consolidação e assimilação da sua proposta educacional, contribuiu significativamente para reposicionar, na última década, a formação profissional brasileira. A paradigmática transformação da Rede Federal EPCT possibilita um desenho político-pedagógico inovador que garante a construção de itinerários educativos para a arte e a cultura (PACHECO, 2010). A ifetização, portanto, assenta-se na formação profissional e

técnica em uma abordagem eminentemente humanista e emancipadora; isto é, compreende saberes culturais, do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia para “fazer valer uma concepção de educação em sintonia com os valores universais do homem”, capaz de assegurar no processo formativo “o lugar da arte e da cultura” (PACHECO, 2010, p. 18).

É na perspectiva desta nova institucionalidade que, equiparada a da universidade brasileira (BRASIL, 2008), os IFs passam a enxergar e delegar paulatinamente à dimensão cultural o espaço necessário para fazer valer a concepção de formação integral (omnilateral) do ser humano voltado para a atuação ativa e transformadora no *mundo do trabalho* (PACHECO, 2010; BEZERRA, 2017).

Para além disso, como já mencionado, a reconfiguração do papel social do Estado nacional vigente no período de 2003 a 2016 trouxe a dimensão cultural, considerando a diversidade das expressões dos povos, a um patamar mais próximo do cotidiano da sociedade brasileira. Esta agenda positiva, entre outras questões, visou basicamente a garantia dos direitos culturais da população brasileira com vistas ao alcance de um modelo de desenvolvimento não apenas econômico, mas também social e humano (BRASIL, 2003).

A intencionalidade do MinC em fazer com que a dimensão cultural que é objeto das políticas culturais passasse a integrar o universo cotidiano da população brasileira, perpassou pela defesa da centralidade da cultura e pelo fortalecimento das suas inter-relações com os diversos setores do Estado, requalificando e ampliando o seu espaço para além da vida cultural das comunidades.

Foi neste sentido que a ifetização foi impactada pela agenda brasileira da política setorial de cultura, haja vista a retomada da agenda entre o MEC/MinC; buscou-se, então, redimensionar a presença da cultura no cotidiano da educação (básica, superior e técnica), adentrando de modo mais consistente o espaço formativo, para possibilitar a centenas de milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos o acesso à produção e a fruição cultural.

Assim, o fortalecimento da agenda *cultura e educação* (2003-2016) possibilitou o desenvolvimento de ações conjuntas entre os dois ministérios supracitados como, por exemplo, o *PRONATEC Cultura*; os programas *Mais Cultura nas Escolas* e *Mais Cultura nas Universidades*; o *Seminário Cultura e Universidade* e o *Seminário de Formação Artística e Cultural*, gerando positivos impactos no cotidiano de professores, de técnicos da educação, de estudantes e das comunidades circunvizinhas às instituições partícipes.

O IFPB foi uma das instituições beneficiadas desse movimento da política educacional e cultural, visto que, a começar de 2014, no reitorado do professor Cícero Nicácio Lopes do Nascimento, conseguiu avançar no processo de institucionalização da cultura. Foi a partir desse momento que o acúmulo das atividades desenvolvidas pelos professores, técnicos

administrativos e estudantes encontrou espaço de construção dialógica com a então Pró-reitoria de Extensão (PROEXT), cuja gestora à época, professora Vania Maria de Medeiros, integrava o Grupo de Trabalho Cultura (GT-Cultura) do Fórum de Pró-reitores de Extensão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (FORPROEXT). Espaço esse de articulação política e de formulação de itinerários educacionais a partir da cultura, associada às políticas extensionistas. Destaca-se que o GT-Cultura estabeleceu profícuo diálogo com o MinC, através da SEFAC, importante espaço de formulação e gestão oriundo do fortalecimento das políticas de cultura e educação.

Os avanços referenciados como conquista desse movimento de institucionalização da cultura, no IFPB, a partir 2014, dentre tantos outros, podem ser enumerados sinteticamente: a) participação na chamada pública do programa *Mais Cultura nas Universidades* (2014-2015), promovendo a reflexão sobre necessidade e emergência de política cultural institucional, bem como a participação e o encontro dos sujeitos da cultura dos diversos *campi* para construção da proposta institucional; b) elaboração e aprovação da *política cultural do IFPB*, por meio da Resolução do Conselho Superior nº 140/2015 (Política de Produção e Promoção da Diversidade Artístico-Cultural no âmbito do IFPB), concebida com o acúmulo da comissão de elaboração da proposta de participação na chamada pública do programa *Mais Cultura nas Universidades*; c) *criação da Pró-reitoria de Extensão e Cultura* (PROEXC) em 2016, como consequência da mobilização dos agentes culturais e demais extensionistas da comunidade acadêmica no processo Estatuinte IFPB 2015; d) *criação da Diretoria de Cultura da PROEXC* (outubro de 2017), na Regimento (2016), tornando-se o setor responsável pela formulação e gestão da política cultural do IFPB. Conforme regimento interno em vigor, a DCULT agrega as coordenações de publicações (revistas, livros e outros formatos) e de educomunicação da PROEXC.

Dentre algumas ações implantadas pela sistêmica Diretoria de Cultura, destaca-se: *Programa de Formação e Capacitação em Cultura: formação na ação*, fundamentado na práxis extensionista (ação/reflexão/ação) de aproximação e vinculação com os arranjos culturais do território, cuja primeira ação formativa foi realizada em novembro de 2017, com a temática *instrumentalização para a execução de inventários participativos de bens culturais*, realizado em parceria com o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa, o Coletivo Graças do Sanhauá (gestor do ponto de cultura comunitário da comunidade tradicional ribeirinha do Porto do Capim, localizada no centro histórico de João Pessoa). Institucionalmente, a ação foi realizada em parceria com a Coordenação de Capacitação e Qualificação de Pessoas (CCPQ) da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP) que certificou os participantes e realizou o pagamento gratificação por Encargo de curso ou concurso.

Além disso, foi realizado o *Encontro Nordestino de Arte Educação* (ENAE) como pré-evento do Encontro de Extensão do IFPB (ENEX), realizado em agosto de 2017, no *campus* de Cabedelo (PB) e, que teve como debatedores convidados professores de cursos pós-graduação do Instituto Federal do Ceará e das Universidades Federais de Pernambuco e da Paraíba (UFPE/IFPB), além do artista popular Pedro Osmar. Participaram deste encontro professores, técnicos e discentes do IFPB, e professores de artes da rede municipal de ensino da cidade de Cabedelo. No ENEX 2017, a arte e a cultura ganha visibilidade na programação (Festin Artes) com a apresentação de diversos trabalhos de extensão voltados a diversas áreas das artes e do campo cultural, com apresentações artístico-culturais de grupos estudantis dos diversos *campi* e da cidade de Cabedelo e Lucena (Grupo Folclórico Coco de Roda e Ciranda Mestre Benedito, Coral Meninos e Meninas de Lucena, Tambores do Forte, Cambindas Brilhantes de Lucena, banda Baoba), e vivências em diversas com grupos e entidades culturais de Cabedelo, Lucena, e da Barra de Mamanguape, localizados no litoral norte da Paraíba.

Como atribuição também de colaborar com a execução de eventos institucionais, a DCULT organizou a programação cultural da Mostra de Extensão e Cultura ocorrida como parte da programação da 41ª Reunião de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec), realizado pelo IFPB em novembro de 2017. Além das apresentações artístico-culturais, foi realizada uma roda de conversa com a temática *economia da cultura*, mediada pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura do IFPB e que contou com a participação de reitores, pró-reitores, diretores gerais dos IFs de vários estados brasileiros. Participaram como convidados e debatedores locais o produtor Rayan Lins (Toroh Music) e o maestro Lucílio Souza (Orquestra Sanfônica Balaio Nordeste). Na ocasião, foi enfatizada a necessidade da Rede Federal dar mais visibilidade aos arranjos produtivos da cultura ao ampliar a oferta de formação do eixo tecnológico Produção Cultural e Design.

Ainda nos primeiros meses de existência, a DCULT iniciou a implementação do projeto experimental *Palco IFPB*, como ação que integraria o programa Campus de Culturas (não implantado na mudança de gestão da Proexc). O Palco IFPB surgiu com a finalidade de fomentar o acesso à diversidade de expressões culturais brasileiras a partir das produções locais; buscando oportunizar experiências para contribuir com a formação de plateias artísticas, garantindo espaços para a formação em arte e cultura, além de facilitar a troca de saberes e experiências entre mestres ou artistas e a audiência. Foram realizada três edições com a participação do trio de compositores *Parahybridos* (Toni Silva, Chico Limeira, Titá Moura); Povo Tabajara (toré) e Clamores Antigos (formado por crianças dos quilombos do litoral sul paraibano), e da banda cabaçal Avuô. O público contemplado foi estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos *campi* de Santa Rita e de João Pessoa, além de estudantes da

Escola Estadual Dom Adauto. Institucionalmente, o projeto contou com o apoio da TV IFPB que produzia um vídeo síntese para exibições em redes sociais e em espaços institucionais.

Destaca-se ainda a criação do *Edital Cultura em Rede* (primeiro edital específico da cultura) que visa fomentar a articulação de grupos culturais paraibanos e brasileiros com a comunidade acadêmica do IFPB, na perspectiva de se constituir uma rede de parcerias culturais no âmbito territorial dos *campi*. O Cultura em Rede contempla quatro linhas de ação: economia da cultura; intercâmbio artístico-cultural; patrimônio cultural; e educomunicação. Institucionalmente, o edital inovou por possibilitar que a inscrição via sistema institucional e a gestão do apoio financeiro pudesse ser realizada pelo representante dos agentes culturais ou da entidade cultural, com planejamento e participação de professores, técnicos e estudantes.

Nos últimos anos a cultura tem ocupado novos espaços na instituição que pode ser interpretado como passos iniciais rumo à construção de uma política cultural que responda aos desafios contemporâneos da agenda cultura e educação; por outro lado, consolidar o espaço da cultura em seu caráter simbólico, cidadã e econômico torna-se necessário ampliar a sua articulação institucional para dialogar e atuar em frentes intersetoriais dentro do espaço institucional.

O cumprimento desse desafio demandará no âmbito da reitoria a estruturação da DCULT, visto que faz-se necessário estruturar o seu organograma, ampliar a sua equipe técnica (destaca-se que a ausência do cargo de produtor cultural configura fator de dificuldade), conquistar orçamento semelhante ao da pesquisa-extensão-inovação, ampliar o diálogo com a comunidade acadêmica a fim de aperfeiçoar a Resolução CS nº 140/2015 e estabelecer um plano de cultura institucional. No âmbito dos *campi*, em síntese, é preciso estruturar as coordenações de cultura e os espaços e equipamentos culturais, contratar equipe técnica especializada, ampliar a oferta de cursos do eixo tecnológico produção cultural e design, mapear os territórios e as potencialidades culturais da sua área de abrangência, e definir orçamento para a cultura.

#### **2.4 Política e gestão culturais na UEPB**

Em meio a uma conjuntura nacional favorável à expansão e desenvolvimento de debates, ações e políticas públicas voltadas para a cultura, assim como no contexto local de uma autonomia financeira administrativa conquistada junto ao Governo do Estado da Paraíba, em 2004, é criada na Universidade Estadual da Paraíba a Coordenação de Cultura, com o intuito de ampliar as iniciativas artístico-culturais em diálogo com o tripé básico **e**nsino, **p**esquisa e **e**xtensão.

Em 2012, a Coordenação de Cultura foi elevada ao *status* de Pró-Reitoria de Arte e Cultura, chegando, em 2013, ao seu atual formato, de Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT). Em menos de dez anos, viu-se na UEPB a agenda de cultura ser escalonada, saindo de uma sub-pasta administrativa, dentro do organograma da reitoria, para tornar-se um setor com maior importância, influência e vinculação com os planos das políticas e ações gestoras desta universidade.

A PROCULT conta atualmente com um quadro bastante diverso de servidores e prestadores de serviço, com mais de 40 pessoas, dentre eles: Pró-reitores titular e adjunto, diretores dos equipamentos culturais, curadores, assessores, produtores culturais, professores das modalidades artísticas ministradas, técnicos-administrativos e auxiliares administrativos. Parte de sua equipe técnica é dedicada a funções como desenvolvimento de projetos gráficos, assessoria de comunicação, produções de webjornalismo e assessoria a grupos culturais, por ter em seus quadros servidores com larga experiência na produção e gestão cultural.

Por sua natureza, a PROCULT dialoga diretamente com um conjunto de eventos realizados por ela própria, pela UEPB e por outros órgãos públicos e organizações sociais, seja na cidade sede, Campina Grande, seja em outras cidades onde a universidade está presente. Podemos apontar alguns dos eventos mais importantes desta Pró-Reitoria, sendo eles: a) *Encontro de Sanfoneiros e Tocadores de Fole de 8 Baixos da Paraíba*, caravana cultural que percorre os oito *campi* da UEPB, além de outras cidades do estado, com apresentações, oficinas e intercâmbio entre tocadores e mestres que mantêm viva a cultura da sanfona e do Fole de 8 baixos; b) *Forró da Resistência*, evento de fomento à cultura popular e expressões artísticas ligadas às festividades do São João – o coco, a embolada, o forró, o repente, o baião, o xaxado, a dança, as vestimentas e a culinária junina; c) *Bloco da Cinquentinha*, evento carnavalesco surgido em 2017, em alusão aos 50 anos de criação da UEPB, inicialmente idealizado para a comunidade acadêmica, mas que nos anos seguintes ganhou grandes proporções, ao ponto de desfilar e tomar as ruas de Campina Grande, resgatando a memória e revivendo práticas dos antigos carnavais de rua da cidade; d) *Festival Universitário de Artes*, evento que promove o encontro entre a comunidade acadêmica e os artistas paraibanos através de palestras, mesas-redondas, exposições, mostra de curtas-metragens, apresentações de teatro, dança e música, com uma programação que privilegia a produção artístico-cultural paraibana, proporcionando um amplo espaço de discussão acerca das políticas públicas para cultura e das temáticas relacionadas aos diversos segmentos da arte e seus respectivos espaços na sociedade.

Atualmente, a PROCULT conta com quatro equipamentos culturais, sendo eles o Museu de Arte Contemporânea, o Museu de Arte Popular da Paraíba, o Centro-Artístico Cultural da UEPB e o Memorial do Grupo de Tradições Populares Acauã da Serra, como

também mantém os Núcleos de Arte e Cultura presentes nos sete outros *campi* da UEPB. Relataremos aqui um pouco da produção destes equipamentos e núcleos, bem como refletiremos ainda sobre a sua relação com a instituição e as localidades onde estão instalados, a partir de suas ações e de sua inserção e diálogo junto ao campo cultural e seus agentes.

O Museu de Arte Contemporânea (MAC) foi inaugurado em 2012. Devido a restrições orçamentárias impostas à UEPB pelo governo do Estado - o que dificultou sua manutenção - ficou desativado a partir de 2016. Em suas dependências, o museu dispõe de um auditório, dois salões destinados às exposições permanentes, um salão para exposições temporárias, um mezanino, sala de reuniões e uma biblioteca de arte. Suas atividades estão planejadas para serem retomadas brevemente, a partir de um acordo firmado em 2018 entre a UEPB, a Fundação Pedro Américo (mantenedora da TV Itararé), de Campina Grande, e a Fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura), de São Paulo. À UEPB caberá fiscalizar o desenvolvimento e cumprimento das atividades administrativas relativas à parceria firmada. À Fundação Pedro Américo caberá as responsabilidades jurídica e financeira para a concretização dos objetivos descritos nas cláusulas conveniadas, conforme a necessidade para o pleno funcionamento do equipamento cultural. Já sob responsabilidade da Fundação Padre Anchieta, ficará o desenvolvimento da assessoria técnico-científica e cultural, assim como a disposição de seu acervo histórico, cultural, informativo e documental ao MAC. O Centro Artístico-Cultural (Cac) é um equipamento com forte inserção na vida cultural da cidade. Além de uma intensa programação anual promovida pelo próprio Cac, também inúmeros grupos fazem uso de suas dependências para desenvolvimento de suas ações, o que torna sua ocupação bastante diversa e seus públicos variados. Em 2018, o Cac promoveu 13 cursos, abrangendo mais de novecentas pessoas - de crianças a idosos - da comunidade campinense, com Oficinas de Teatro infantil e adulto, Desenho e Pintura, Filarmônica, Canto Coral, Percussão Regional, Violão, Dança de Salão, Acordeom, Sanfona de Oito Baixos, Ballet, Dança do Ventre, dentre outras modalidades artísticas ministradas.

Ainda em 2018, deu suporte a diversos eventos, como o V Chá Rosado, o Festival Atos de Teatro Universitário, às oficinas do XII Festival Comunicurtas da UEPB, apoio ao XXVII Encontro da Nova Consciência (evento ecumênico de projeção internacional), ao Festival Internacional de Música, em parceria com a UFCG, além de apoio logístico e físico à FUNARTE para execução de oficinas de capacitação cultural, dentre outros eventos.

Constantemente, sedia apresentações, eventos e vivências artísticas, além de encontros para ensaios e reuniões de grupos locais, como a Companhia de Projeções Folclóricas Raízes, o Grupo Bodopitá Playback Theatre, a Escola Mukambu Capoeira Angola, os encontros do Grupo

Maracagrande, o Projeto de Extensão Yoga e Qualidade de Vida, além do Curso de Libras realizado pela Associação de Surdos de Campina Grande.

Outra forma através da qual se insere nas dinâmicas culturais da cidade é através da participação direta de seus professores e alunos em eventos com os quais o CAC estabelece parceria, disponibilizando, assim, atrações artísticas da casa. Foi o caso do III Encontro de Educação, Ciência e Tecnologia, no Aniversário da Cidade de Serra Branca; do evento Maio Amarelo, realizado pela Pró-Reitoria de Extensão da UEPB (Proex) e pela Prefeitura Municipal, através da Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos de Campina Grande (STTP); do II Congresso Internacional de Direitos Humanos; do São João do Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico (Gapo); e da VIII Mostra de Teatro e Dança do Cariri.

Além dessas participações, o Centro dá suporte a Simpósios, Seminários, Congressos e Fóruns em parceria com a Coordenadoria de Cerimonial da UEPB. Percebe-se, portanto, que esta abrangência de ações é capaz de demonstrar a capilaridade de sua extensão pela cidade e sua presença na vida cultural local.

O Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP) é também conhecido como Museu dos Três Pandeiros. Localizado às margens do Açude Velho, em Campina Grande, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, sendo esta a sua última obra produzida em vida. Inaugurado em 13 de dezembro de 2012, teve sua abertura definitiva ao público somente em junho de 2014. Seu acervo acolhe trabalhos de artistas paraibanos como Sivuca, Jackson do Pandeiro, Marinês, Elba Ramalho, entre outros. Cada uma das três estruturas circulares, em alusão a pandeiros, remete-se a um determinado gênero artístico. Desse modo, seu complexo de exposição e acervo documental está diretamente ligado à música, à cantoria popular, ao artesanato, à literatura de cordel e à xilogravura

Em 2018, recebeu mais de 27.504 visitantes da cidade, do estado e de todo o Brasil, bem como estrangeiros de diversos países, a exemplo da Alemanha, Argentina, Austrália, Chile, Colômbia, Cuba, Estados Unidos e França, entre outros, cujas presenças foram registradas em seu livro de visitação. Este expressivo número de visitas, assim como esta diversidade de públicos, vem repetindo-se ao longo dos últimos anos. Ainda em 2018, 141 instituições de ensino públicas e privadas estiveram no Museu, tendo suas visitas guiadas por monitores que integram o Projeto de Extensão intitulado “Informação e Interação no MAPP: Suporte de Atenção aos Visitantes”. Ao todo, 14 monitores dedicam-se a realizar visitas mediadas que buscam contextualizar as exposições em cartaz.

Na época do Maior São João do Mundo (marca registrada das festividades juninas de Campina Grande), o MAPP cumpre seu papel educativo e simbólico junto aos turistas que querem conhecer a cultura popular paraibana, através das exposições alocadas em seus três

pandeiros, como são popularmente denominados seus ambientes expositivos, distribuídas entre as linguagens da Música, do Artesanato e da Literatura de Cordel, organizadas através de um trabalho de pesquisa minucioso, desenvolvido pelo curador de cada linguagem artística. Dessa forma, atestamos que este equipamento cultural articula com excelência todos os âmbitos fundantes da universidade, relacionando sua missão, de preservação e difusão das culturas populares do Nordeste em geral e da Paraíba especificamente, à pesquisa, à extensão e ao ensino.

Além das exposições, outras ações foram realizadas, sendo contabilizados, em 2018, 17 lançamentos de livros e uma média de 55 apresentações artísticas gratuitas. Seminários e palestras, igualmente, trouxeram movimentação ao Museu ao longo de todo o ano. Além disso, o hall do andar térreo permanece dinâmico, extrapolando as expressões populares e, ao mesmo tempo, criando pontes de diálogo destas com outras expressões, como o **hHip hHop**, **bBreak**, e também esportes.

Por fim, o Memorial do Grupo de Tradições Populares Acauã da Serra é também um importante equipamento, responsável pela preservação e difusão da memória deste grupo artístico-cultural fundado em 01 de maio de 1986, e que é um corpo artístico permanente ligado à instituição. O grupo utiliza música e dança para expressar as manifestações culturais do Brasil, em especial do Nordeste. Atualmente é formado por cerca de 40 componentes entre dançarinos, músicos, coreógrafos e diretores, mas ao longo de toda sua trajetória contabiliza-se a participação de mais de mil artistas. O Memorial foi criado no final de 2015 e dedica-se a preservar e a expor seus figurinos, adornos, imagens e demais elementos que, reunidos, constroem uma narrativa que conta a história do grupo. Nestas três décadas, o Acauã da Serra já realizou mais de 500 apresentações, tendo circulado por diversas regiões do Brasil, além de diversos países como Chile, Portugal, Espanha, França, Bélgica e Itália.

Além dos equipamentos culturais localizados em Campina Grande, a PROCULT marca sua presença em diversas cidades do estado através dos Núcleos de Arte e Cultura a ela vinculados, espalhados pelos *campi* de Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Patos e Araruna. Suas atividades contribuem diretamente para a dinamização da cultura nestas localidades, a medida em que, ao mesmo tempo, promove uma oferta cultural variada e catalisa públicos diversos, muitos dos quais tomam contato com programações culturais através das ações desenvolvidas por estes núcleos. Não será o caso de detalhar a vasta produção oriunda destes Núcleos, mas é importante destacar que, sua atuação e sua presença nestas localidades produz importantes significados para a valorização da cultura local.

Além de suas estruturas físicas e do aporte de recursos orçamentários e humanos para a execução de projetos e gestão dos equipamentos culturais supracitados, a Pró-Reitoria de

Cultura atua como um meio de assistência à comunidade acadêmica, aos artistas, aos grupos e aos coletivos de cultura da Paraíba, principalmente da cidade de Campina Grande, onde se encontra a sua sede no Campus I, a qual dispõe de todo um aparato logístico que a UEPB possui.

Diante do exposto, alguns desafios se impõem para a potencialização destas estruturas, políticas e ações. Um destes desafios é a importância de se afinar ainda mais a articulação entre os *campi*, formando, a partir dos equipamentos culturais e dos Núcleos de Arte e Cultura, um circuito cultural que agregue a ampla produção cultural do estado, a comunidade acadêmica e a sociedade na execução das políticas culturais da PROCULT, fortalecendo não somente esta Pró-Reitoria, mas todos os atores envolvidos. Outro desafio é a necessidade de se avançar na constituição de uma dotação orçamentária própria para a PROCULT junto à reitoria, o que seria capaz de fazer avançar com mais agilidade e liberdade as deliberações acerca dos investimentos pautados pelo órgão, bem como fugir de determinados entraves administrativos impostos. Pensando ainda de maneira sistêmica, e que, mesmo que preservada sua autonomia, a UEPB encontra-se sob o guarda-chuva do Governo do Estado da Paraíba, outro caminho para a potencialização deste trabalho é através de um maior alinhamento entre as ações e políticas públicas desenvolvidas pela Pró-Reitoria e pela Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba (Secult-PB), o que poderia proporcionar mais investimentos e o desenvolvimento de projetos com certas afinidades dentro do estado, ampliando o raio de alcance de ambas instituições e o benefício de tais ações para a população paraibana.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos acima demonstram a representatividade, a abrangência e a capilaridade que desempenham estas quatro IES por todo o território paraibano, e mais especificamente como isto se realiza de maneira muito particular através de suas ações, projetos, políticas e estruturas acadêmicas e de gestão voltadas ao campo cultural. A pluralidade de equipamentos, estruturas, grupos, projetos e ações de natureza cultural é potente, assim como o é também a sua latente e necessária articulação, seja entre setores de uma mesma instituição seja entre setores das IES distintas. Tais elementos são ativos dos quais estas IES são detentoras. São, por assim dizer, o seu capital cultural mais significativo e perene. Há, portanto, toda uma potencialidade para a formação de redes de criação, produção, circulação e fruição cultural a partir da articulação e integração entre os equipamentos institucionais.

É de se reconhecer que esta pesquisa não dá conta de uma outra dimensão diretamente ligada a este cenário, sendo esta a dimensão das práticas e das experiências culturais que todos estes equipamentos e espaços de fruição estimulam, o que só seria possível a partir de um

trabalho fundamentalmente antropológico, capaz de captar sentidos e processos que surgem e se desdobram desta complexa trama entre aArtes, cCulturas, uUniversidades e tFerritórios.

No entanto, busca-se aqui um relato e análise do atual contexto das gestões culturais nestas IES e das políticas que desenvolvem, a fim de evidenciar os diferentes estágios em que se encontra o processo de institucionalização do campo cultural nestas instituições e seus reflexos internos e externos. Neste sentido, podemos afirmar que, ainda que se apresente em estágios de desenvolvimento e consolidação distintos, ora mais avançados, ora menos, há muitos desafios compartilhados no que tange a institucionalização da cultura, e mais, o convencimento no interior das próprias IES do valor, da importância e da significância do campo cultural para a vida e a institucionalidade universitárias. Podemos dizer que há no interior da administração institucional hierarquias e burocracias que, por vezes, desempenham um caráter esmagador, e que seguem na contramão das lógicas culturais, sendo definidoras dos embates e das disputas travadas para fazer a cultura ser vista como dimensão fundamental destas instituições.

As etapas de amadurecimento e interação das políticas de cCultura e eEducação relatadas brevemente no início deste trabalho, ainda que apresentem descontinuidades, deixam sua marca nos debates contemporâneos acerca das políticas e das gestões culturais das IES brasileiras. Se por um lado a cCultura deve seu desenvolvimento substancialmente à eExtensão, pelas décadas em que vieram caminhando juntas no interior da administração universitária e da ação social desenvolvida por ela, hoje, são diversas as vozes que provocam a discussão de uma maior autonomia do campo cultural. Se dizemos aqui que a cCultura “deve” à eExtensão, é por acreditarmos que esta relação aproxima essencialmente esta primeira das políticas educacionais e das práticas educativas, potencializando a ação de ambas dentro e fora dos muros das instituições.

Contudo, ao defender uma maior autonomia do campo cultural em relação à eExtensão, esta não deve ser confundida com o rompimento de laços ou com um projeto de desarticulação da ca-Cultura junto à eExtensão ou mesmo de negação da trajetória conjunta que ambas carregam. Pelo contrário, a centralidade proposta vem no sentido de compreender a presença da cCultura em todo o tripé básico do eEnsino, pPesquisa e e-Extensão, e por perceber que não apenas perpassa todo ele, como ultrapassa e se vincula a outros sentidos e dimensões da experiência universitária, da vida em si, a medida em que cada *campus* (e não somente os “eequipamentos culturais” assim entendidos como tais) pode ser considerado um equipamento cultural, um organismo cultural vivo. As praças dos centros de ensino, os jardins, os *halls*, auditórios, os rRestaurantes uUniversitários, as calouradas e recepções, e ainda a IES aberta nos fins de semana, livre para os mais diversos usos, como a prática desportiva ou caminhadas,

Formatado: Fonte: Itálico

somado aos incalculáveis encontros criativos, produtivos, que essa vivência proporciona, tudo isto compõe também o fator intrinsecamente cultural que reside nestas instituições.

Neste sentido, acreditamos que é preciso repensar o *lugar* da **C**ultura nas IES. É preciso que a cultura emergja enquanto política estruturante, capaz de conduzir as instituições de ensino superior a um processo de desenvolvimento que reconheça o fator cultural como um de seus principais vetores, tornando-se polos irradiadores de uma ampla política que deve alinhar-se, cada vez mais, as estratégias locais de desenvolvimento social, humano, educacional, cultural e econômico. As interações entre **C**ultura e **E**ducação, em seus diversos níveis, estão situadas no marco dos modelos e estratégias de desenvolvimento mais inovadores em todo o mundo. As IES, por sua vez, não podem correr ao largo deste processo (ACCO e SOUZA, 2018).

Assim, busca-se provocar para um caminho deste debate, que seja o de reconhecimento da **C**ultura como a *“quarta dimensão”* do *“tripé básico”*, que, através dela, deixa de ser meramente básico, para se alargar conceitual e administrativamente (RIGUEIRA JR., 2008; SOUZA, 2015). **E**nsino, **P**esquisa, **E**xtensão e **C**ultura, articuladas, ampliam não somente as compreensões dos papéis administrativos que desempenha a IES, como também ampliam a sua própria função social.

Para a centralidade aqui proposta, não há modelos estanques, previamente definidos, ainda que seja importante reconhecer as experiências construídas nos últimos anos, no contexto da consolidação da institucionalização da cultura pelo Governo Federal, quando da construção do Sistema Nacional de Cultura, com seus elementos básicos, como o Conselho, Plano e Fundo (ou CPF da Cultura), além de órgão gestor, orçamento e outras instâncias. Assim, sem apontar modelos, posto que deve ser levada em consideração a realidade de cada IES, é preciso fazer avançar tais debates no interior das instituições, em processos participativos, com vistas a formulação dos melhores formatos de gestão que se apresentem adequados a cada realidade.

O que se é visto, no entanto, é que, enquanto ainda vinculada estritamente à **E**xtensão, a política cultural destas IES, por vezes, não ultrapassam os limites administrativos da sua unidade gestora (salvo raras exceções), sendo estas incapazes de enxergar com abrangência as transformações, os movimentos, os acontecimentos e fatos marcantes da vida cultural que pulsa nestas instituições, e nem mesmo articular-se com as outras dimensões do atual tripé. De mesmo modo, um modelo de gestão que confira centralidade ao campo cultural, mas que se encerre na dimensão artística enquanto raio de alcance, por mais que determine um avanço, também é insatisfatório, a medida em que não alcança outras articulações da trama suscitada no interior da dimensão cultural presente nas IES.

Formatado: Fonte: Itálico

Formatado: Fonte: Itálico

Portanto, acreditamos que neste momento de recorrentes ataques ao campo cultural, de esvaziamento das políticas federais para o setor - culminando no fato extremo de extinção do MinC em 2019, num ato claramente autoritário -, é preciso acumular forças, gerar argumentos e articular redes que desenvolvam com qualidade este debate e levem a um amadurecimento substancial desta agenda sistêmica. Este é o caso do Fórum Nacional de Gestão Cultural das IES (Forcult), criado em 2017 e que segue para seu terceiro ano de existência demonstrando todo um potencial de ativação desta agenda em níveis nacional, regional e local. Ao reunir seus membros, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o país, este Fórum passa a constituir-se cada vez mais enquanto rede de formulação e articulação, mantendo viva uma chama de construção compartilhada por agentes, produtores e gestores culturais de IES de todo o país, ainda que em meio a este contexto de ataques ao campo cultural.

Por fim, é preciso que se diga que a escrita compartilhada do presente trabalho foi capaz de suscitar um conjunto de debates no sentido das construções aqui propostas, de caráter interinstitucional, a partir de seus autores, todos eles diretamente ligados a setores culturais de suas instituições, cujos desdobramentos apontam para aproximações a partir de possíveis intercâmbios e de diálogos acerca de uma agenda de políticas públicas de cultura para as IES paraibanas (estas e outras que venham a se somar). Assim, diante da necessidade latente pelo fortalecimento do campo cultural e de suas políticas, toda uma agenda de construção se apresenta para o desenvolvimento arrojado de políticas culturais para as universidades capaz de incidir e contribuir diretamente com o estado da Paraíba.

## REFERÊNCIAS

ACCO, Marco Antonio. Documento técnico contendo a Proposta de Modelo de Governança e Gestão para a implementação das ações de educação desenvolvidas pelo MinC, e sistematização de três referências conceituais e melhores práticas de políticas públicas (nacional e internacional) que integrem cultura e educação". UNESCO - Projeto 914/BRZ/4013 - Intersetorialidade, Descentralização e Acesso à Cultura no Brasil, 2012.

ACCO, Marco Antonio; SOUZA, Alexandre Santos A. de. Argumentos para a integração de Educação e Cultura. Artigo apresentado no XIV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, em Salvador/BA: 2018.

ANDRADE, Vivian Galdino de; SOUZA, Gláucia Gomes de. O Guardador de Memórias - Seu Manoel e a história da Educação de Bananeiras. In: Anais do Congresso Nacional de Práticas Educativas, v. 1, 2017.

BEZERRA, Italan Carneiro. *Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Instrumento Musical do IFPB: reflexões a partir dos perfis discente e institucional*. 2017. Tese (Doutorado em Educação Musical) - Programa de Pós-graduação em Música, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

BOTELHO, Isaura. "A política cultural e o plano das ideias". In: Políticas culturais no Brasil. Organização Antonio Albino Canelas Rubim. - Salvador/EDUFBA, 2007

BOTELHO, Isaura. "Cultura e Universidade: reconstruindo as trajetórias dos diálogos institucionais". In Políticas Culturais: teoria e práxis. Lia Calabre (Org.) - São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. "As metas do Plano Nacional de Cultura". São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

BRASIL. Discurso de posse do ministro da cultura Gilberto Gil. Ministério da Cultura - Casa de Rui Barbosa, RJ, 2003. Disponível em:  
<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6330>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no governo militar: O Conselho Federal de Cultura. XIII Encontro de História Anpuh - Rio de Janeiro, 2008.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2007.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. In: Contemporânea, v. 3, n. 1 p. 173-192, 2013.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A organização de arquivos e a construção da memória. In: Saeculum. Revista do Departamento de História. João Pessoa: UFPB, n. 1, jul/dez, 1995.

JORDÃO, Fabrícia Cabral de Lira. "As influências da Políticas Nacional de Cultura da criação do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba no final dos anos 70". In Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. Vol. XIII, n. 2, 2011.

LACERDA, Andréa Mendes. "Um conceito de teatro universitário". Revista Eletrônica Extensão Cidadã - UFPB, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Portaria nº 70. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Anais do Seminário Cultura e Universidade. O Seminário foi realizado na Universidade Federal da Bahia, em Abril de 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Interministerial nº 18. Brasília, 2013b.

NETO, Júlio Américo Pinto. "Nuppo: 30 anos de promoção da cultura popular" In Revista Eletrônica Extensão Cidadã, 2008. UFPB. Disponível:  
<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/extensaocidadada/article/view/2079> Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

NUNES FILHO, Pedro. "Terceiro ciclo de cinema na Paraíba: tradições e rupturas". In Cinema e memória: o super-8 na Paraíba nos anos 1970 e 1980 / Lara Amorim e Fernando Trevas Falcone (Org.) - João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

PACHECO, Eliezer. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN, 2010. 28p.

RIGUEIRA JR., Itamar. "O novo lugar da cultura". Diversa - Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 7, nº 13, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Políticas culturais: tristes tradições". Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113. junho - 2007

SOUZA, Alexandre Santos A. de. **Políticas públicas de cultura para as universidades:** trajetórias institucionais e proposições ao contexto da UFPB, 2015.